

Dívida

Prazo maior juro menor

A RENEGOCIAÇÃO da dívida dos produtores rurais é discutida em grupo de trabalho formado por técnicos dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara.

Um dos pleitos é conceder prazo maior e taxa de juros menor para o pagamento das dívidas dos financiamentos de custo já roladas, que vencem ao longo deste ano, estimadas em R\$ 14 bilhões somente no Banco do Brasil.

Nas safras 2004/05 e 2005/06 os produtores agrícolas, especialmente de milho, soja e algodão, tiveram uma redução de renda, devido a problemas climáticos, de doenças e de preços. A política cambial também teve influência no processo, ante a valorização do real ocorrida entre os períodos de plantio e de comercialização da safra.

Alguns produtores estão no limite do endividamento, com suas garantias comprometidas e precisam de novas formas de renegociação. De outro lado, os fornecedores de insumos agrícolas reivindicam financiamentos que paguem de forma imediata, sem prazos para recebimento de dívidas que já estão vencidas.

Os produtores estão com melhores condições para pagar as dívidas da safra 2006/07. Nesse sentido, a decisão do MAPA de prorrogar as dívidas de investimento que venciam em 15 de junho e aprovar o reapatriamento dos débitos de custo das safras 2004/05 e 2005/06 vieram em boa hora.

Para o anúncio do Plano Safra 2007/08 espera-se uma definição sobre os custos prorrogados nos anos anteriores, sobre os investimentos e sobre as dívidas executadas pelo Tesouro Nacional.

Passivo do campo (R\$ bilhões)

	76,00
Tesouro nacional	30,00
Tradings	0,80
Total [1]	106,80
Valor da produção [2]	189,30
Taxa de endividamento [1/2] %	56,40

Fonte: CNA

Financiamento

A Câmara analisa a Medida Provisória 372/07, que abre uma linha de crédito para produtores quitarem dívidas com insumos agrícolas relativas às safras 2005 e 2006, com vencimento a partir de 2005. Serão utilizados recursos da poupança rural e dos depósitos a vista.

A liquidação de dívidas de produtores rurais e suas cooperativas com fornecedores de insumos poderiam ser feitas em até quatro prestações, com vencimento até o dia 31 de maio dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Cada operação terá seus encargos compensados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 6,5% ao ano, acrescida de 5%, e o montante de todas as operações não poderá ultrapassar R\$ 2,2 bilhões.

A TJLP é fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, tendo como base as metas anuais de inflação. Como ela envolve um benefício para incentivar investimentos e poupanças de

Mais recursos para crédito rural

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei nº 7254/06, que aumenta os recursos para o financiamento da agricultura. A proposta eleva de 25% para no mínimo 30% a proporção dos depósitos à vista dos bancos que precisarão ser aplicados em crédito rural. O texto obriga também os bancos do Sistema Nacional de Crédito Rural a seguirem as prorrogações e os alongamentos de dívidas autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

A necessidade de capital de giro para a agricultura brasileira desenvolver a sua produção anual chega perto de R\$ 100 bilhões. O valor é quase duas vezes o disponibilizado pelas instituições financeiras na safra 2006/07. Outro ponto em discussão é o custo do dinheiro no crédito rural, de 8,75%, considerado elevado para o patamar de da taxa Selic.

prazo extenso, beneficia quem toma os empréstimos.

A MP obriga a União a subvencionar a captação de recursos pela instituição financeira sempre que ela for superior à TJLP.

O prazo para a contratação dos financiamentos encerra-se em 28 de setembro de 2007. Podem fazer a solicitação os produtores e cooperativas sem restrições legais ou cadastrais impeditivas. Como a MP tem validade desde sua edição, os produtores já podem começar a procurar as linhas de crédito imediatamente. ■